



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 42/2023

Cargo: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Instruções

1. Aguarde autorização do fiscal para abrir o caderno de provas.
2. Este caderno contém 40 questões. Se houver qualquer falha de impressão, comunique ao fiscal, para que faça a substituição do caderno.
3. Use os espaços em branco para rascunho; não destaque folhas da prova.
4. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o número impresso é o seu número de inscrição. Comunique ao fiscal se os números forem diferentes. Após a verificação, assine o cartão-resposta.
5. Use caneta esferográfica com tinta preta ou azul escuro para preenchimento do seu cartão-resposta. Não dobre seu cartão-resposta, não o manche ou rasure, nem o amasse, pois ele passará por leitura ótica.
6. Marque cada resposta no cartão, preenchendo completamente o campo que contém a letra correspondente à alternativa de sua opção, conforme modelo:



Em cada uma das questões, só existe uma alternativa que responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve marcar apenas uma alternativa para cada questão. Questões marcadas com duas ou mais alternativas ou deixadas em branco receberão pontuação zero.

7. Lembre-se de que o tempo máximo para a realização desta prova e para o preenchimento do cartão-resposta são três horas.
8. Não utilize nenhum material de consulta. Nenhum rascunho será considerado.
9. Entregue ao fiscal seu cartão-resposta. A não devolução desse cartão implicará sua desclassificação imediata.

LINGUAGENS – 10 QUESTÕES

Leia o texto a seguir e responda às questões de 1 a 4.

Texto I



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO CEPE/UFES/Nº 33, DE 22 DE MAIO DE 2023

Estabelece normas e procedimentos para solicitação e concessão de exercícios domiciliares para os(as) estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo e dá outras providências.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o que consta no Documento Avulso nº 23068.087049/2022-01 – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE; o parecer da Comissão de Ensino de Graduação e Extensão; e a aprovação da plenária por unanimidade na sessão ordinária do dia 22 de maio de 2023,

RESOLVE

Art. 1º Estabelece normas e procedimentos para solicitação e concessão de exercícios domiciliares para os(as) estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes.
[...]

Art. 6º A estudante gestante poderá requerer a realização de exercícios domiciliares a partir do 8º mês de gestação, com duração de até 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º Em casos excepcionais, devidamente comprovados por atestado médico, o tempo de afastamento poderá ser aumentado antes e depois do parto.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, a estudante ou seu responsável legal deverá requerer ao colegiado do curso, quando comprovado, o afastamento das atividades que impliquem exposição a riscos ambientais.

§ 3º Cabe à DAS/Progep, por solicitação do colegiado do curso, emitir parecer sobre as situações que conferem riscos ambientais à gestação.

Art. 7º Os(as) estudantes adotantes, em condição de monoparentalidade ou não, poderão requerer exercícios domiciliares durante 120 (cento e vinte) dias posteriores à adoção.

Parágrafo único. Para solicitação, o(a) estudante deverá apresentar termo de guarda provisória ou definitiva que comprove a adoção.

Art. 8º O(a) estudante acometido(a) por afecções psicológicas e/ou psiquiátricas deverá, ao solicitar exercícios domiciliares, comprová-las por meio de atestado médico psiquiátrico, no qual constem informações relativas à Classificação Internacional de Doença - CID, tempo de afastamento, identificação e número do registro do profissional emitente no Conselho Regional de Medicina CRM.

§ 1º A análise e deferimento da solicitação prevista no *caput* ficará a cargo do colegiado do curso, que deverá decidir, no prazo de até 3 (três) dias úteis.

§ 2º No caso de não estarem preservadas as condições emocionais e intelectuais necessárias ao cumprimento dos exercícios domiciliares, deverá o(a) estudante solicitar o trancamento do curso por motivo de saúde.

UFES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **RESOLUÇÃO CEPE/UFES/Nº 33, DE 22 DE MAIO DE 2023.**
Disponível em: <https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_33.2023_-_exercicios_domiciliares_p_alunos.pdf>, acesso em 1º jul. 2023.

1ª QUESTÃO. No Texto I, que é o fragmento de uma resolução, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo

- A) delibera sobre a aplicação de atividades acadêmicas fora do ambiente universitário, por ocasião de alguma necessidade específica, como gestação ou afecção psicológica ou psiquiátrica.
- B) estatui sobre a permissão para que estudantes de graduação possam fazer suas atividades fora da sala de aula, em razão de eventuais concessões jurídicas e econômicas.
- C) deslinda a respeito dos cursos de Ciências Jurídicas e Econômicas, que, em razão do parecer da Comissão de Ensino de Graduação e Extensão, proíbe a realização de atividades domiciliares.
- D) decreta que os exercícios domiciliares passem a ser obrigatórios no âmbito de toda a universidade, para fins de aprimoramento da competência pedagógica dos estudantes.
- E) normatiza a participação de gestantes a partir do 8º mês de gestação e de estudantes com afecções psicológicas e psiquiátricas nos espaços acadêmicos e domiciliares.

2ª QUESTÃO. A respeito do uso da vírgula no § 2º do Art. 6º, considere o trecho "... a estudante ou seu responsável legal deverá..." e as seguintes afirmações:

- I. O trecho destacado está incorreto, do ponto de vista da norma padrão, pois a presença de vírgulas separando a expressão "ou seu responsável legal" é obrigatória neste caso.
- II. De acordo com a norma padrão, a expressão "ou seu responsável legal" poderia também estar entre vírgulas, pois o uso deste sinal de pontuação seria opcional neste caso.
- III. O referido trecho escrito sem vírgulas é a única opção possível, na perspectiva da norma padrão, pois a presença da vírgula ali incidiria em uma separação entre sujeito e verbo.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I, II e III.

3ª QUESTÃO. Considerando o *caput* do Art. 7º, sua paráfrase CORRETA é:

- A) Estudantes que foram adotados, na companhia de seu pai e de sua mãe, poderão solicitar o direito de fazer os exercícios domiciliares durante o período da adoção, mas também poderão fazer o requerimento na companhia de apenas um dos seus genitores (pai ou mãe).
- B) Estudantes que convivem com apenas um dos pais não poderão pedir para fazer atividades domiciliares durante 120 (cento e vinte) dias, até que se conclua todo o período de confirmação do processo de paternidade que confirme a adoção.
- C) Estudantes que estejam em processo de adoção de bebês, crianças ou adolescentes deverão requerer exercícios domiciliares durante 120 (cento e vinte) dias para poderem se acostumar no convívio com os novos membros de suas famílias.
- D) Estudantes que tenham se tornado tutores(as) em processo de adoção, independentemente de fazerem isso sozinhos(as) ou com seus(suas) companheiros(as), também têm o direito de pedir exercícios domiciliares durante os 120 (cento e vinte) dias seguintes à data da adoção.
- E) Estudantes adotados(as) que convivam com apenas um(a) dos tutores(as) poderão solicitar a realização de atividades domiciliares por 120 (cento e vinte) dias depois da adoção, desde que o(a) outro(a) tutor(a) também esteja de acordo com esse pedido.

4ª QUESTÃO. Uma leitura descuidada ou apressada do *caput* do Art. 8º, em confronto com seu §2º, poderia ensejar uma contradição, uma vez que, se o(a) estudante acometido(a) por afecções psicológicas e/ou psiquiátricas tem direito a solicitar atividades domiciliares, ele(a) então não precisaria solicitar trancamento do curso por motivo de saúde. Essa contradição, no entanto, não se sustenta porque:

- A) alguns casos de afecções psicológicas e/ou psiquiátricas não permitem que o(a) estudante realize atividades domiciliares, mas é o colegiado de curso que vai determinar se será possível realizar o trancamento do curso ou não.
- B) a Classificação Internacional de Doença – CID contém as informações que vão determinar se o(a) estudante poderá ou não solicitar atividades domiciliares, uma vez que caberá ao psiquiatra conceder atestado apenas para os casos de trancamento.
- C) o §2º se inicia com a expressão “no caso de”, deixando evidente que nem todas as situações de afecções psicológicas e/ou psiquiátricas são situações compatíveis com a realização de exercícios domiciliares e que, portanto, essa ressalva precisa ser feita para fins regimentais.
- D) por afecções psicológicas e/ou psiquiátricas, pode-se compreender que o(a) estudante esteja, em alguma medida, com sua cognição comprometida, e isso o(a) impediria de trancar o curso, razão pela qual a melhor solução seria a realização de exercícios domiciliares.
- E) a solicitação de exercícios domiciliares deverá ser realizada pelo médico psiquiatra, restando ao(à) estudante decidir, então, se suas condições emocionais e intelectuais necessárias ao cumprimento dessas atividades estão preservadas.

5ª QUESTÃO. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, em vigor desde 2018, a diferença entre um artigo e um parágrafo é:

- A) O artigo é a unidade básica para apresentação, divisão ou agrupamento de assuntos em um texto normativo, enquanto o parágrafo é a imediata divisão interna do artigo, voltada para explicar ou modificar a disposição principal.
- B) O artigo é uma unidade de texto utilizado em jornalismo, que foi apropriado pelo dispositivo legal, enquanto o parágrafo foi originalmente utilizado em textos acadêmicos e teve também sua apropriação pelos textos normativos.
- C) O artigo é um tipo de elemento gráfico usado para separar seções do texto, demarcado inclusive por espaços em branco, enquanto o parágrafo é uma unidade de sentido dentro do texto e que não pode sequer ser separado graficamente.
- D) O artigo é um conjunto de frases desconexas que aborda um tópico específico, enquanto o parágrafo é uma divisão interna do artigo, podendo ser em maior número do que o de artigos, para evitar a má técnica legislativa.
- E) O artigo é um recurso utilizado apenas em documentos legais, ainda que seja erroneamente apropriado pelo discurso jornalístico, enquanto o parágrafo é usado em qualquer tipo de texto, pois se trata de um segmento de frases que compõem o texto em blocos únicos de sentido.

6ª QUESTÃO. O Manual de Redação da Presidência da República afirma, a respeito de uma sistemática interna da lei, que “a existência de um sistema interno deve, sempre que possível, evitar contradições lógicas, teleológicas ou valorativas”. A respeito desses três conceitos, considere as afirmações:

- I. Tem-se uma contradição lógica se, por exemplo, a conduta autorizada pela norma A é proibida pela norma B.
- II. Verifica-se uma contradição valorativa se se identificam incongruências de conteúdo axiológico dentro do sistema. É o que resulta, por exemplo, da edição de normas discriminatórias dentro de um sistema que estabelece a igualdade como princípio basilar.
- III. Constata-se uma contradição teleológica se há uma contradição entre os objetivos de disposições diversas, de modo que a observância a um preceito importa a nulificação dos objetivos visados pela outra.

É CORRETO o que se afirma em:

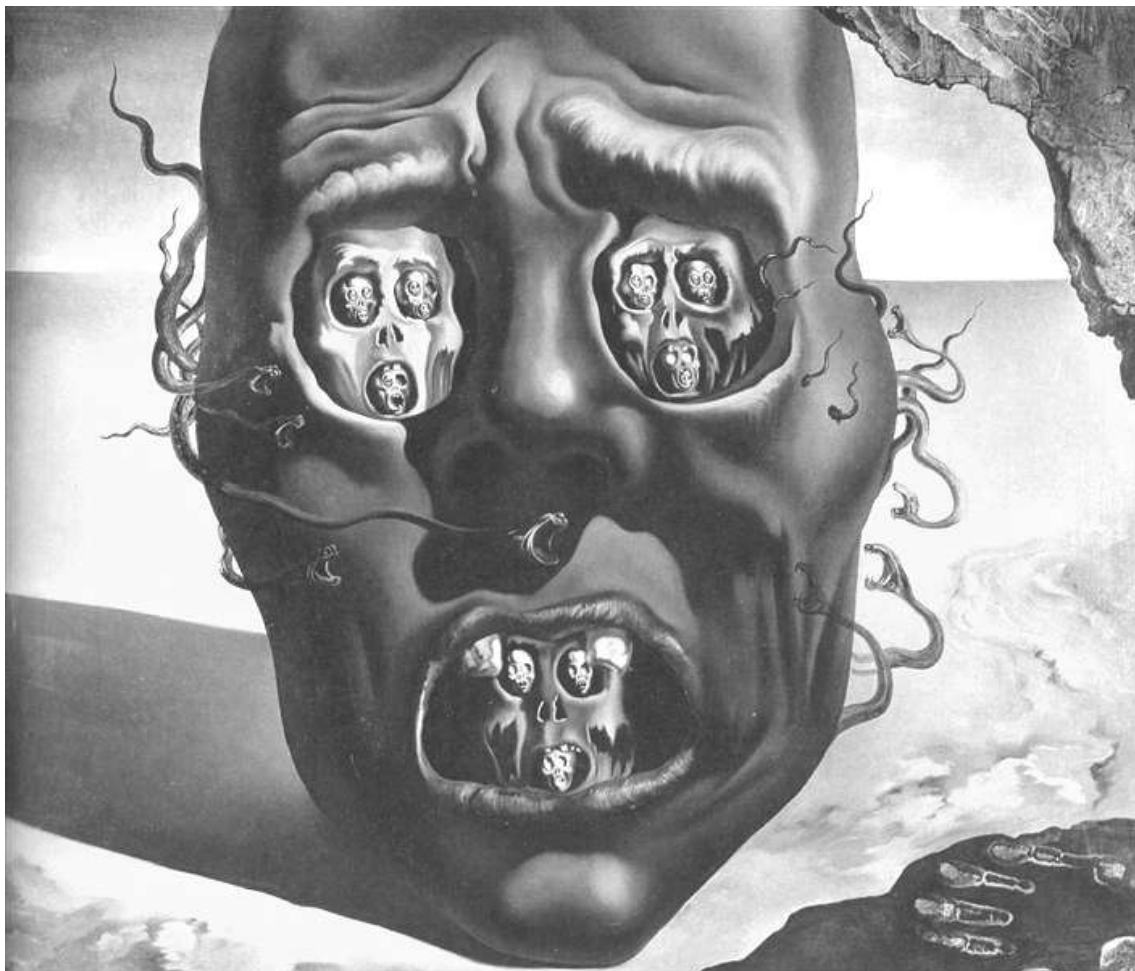
- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I, II e III.

7ª QUESTÃO. O Manual de Redação da Presidência da República considera que algumas regras básicas precisam ser observadas para a sistematização do texto do ato normativo. Com o objetivo de facilitar sua estruturação, NÃO se configura como uma regra básica:

- A) os incisos são utilizados como elementos discriminatórios, voltados para hierarquizar os sistemas e os métodos.
- B) matérias que guardem afinidade objetiva devem ser tratadas em um mesmo contexto ou agrupamento.
- C) os procedimentos devem ser disciplinados segundo a ordem cronológica, se possível.
- D) a sistemática da lei deve ser concebida de modo a permitir que ela forneça resposta à questão jurídica a ser disciplinada.
- E) institutos diversos devem ser tratados separadamente.

Leia os textos II e III e responda às questões de 8 a 10

Texto II



DALÍ, Salvador. **A face da guerra**. Museu Boymans van Beuningen, Rotterdam, Países Baixos, 1940-41. Óleo sobre tela. Dimensões: 79 x 64cm. Disponível em: <<http://www.wikiart.org/en/salvador-dali/the-face-of-war-1941>>. Acesso em 1º jul. 2023.

Texto III

“Dalí pretende suprimir o medo da morte falando constantemente dele e retractando-o, como se essa repetição compulsiva se transformasse numa forma de manter a estabilidade do eu. O instinto de autoconservação incita a repetição de acções, porque encontra nele uma via para saciar a energia pulsional reprimida. Uma tela que ilustra esta compulsão de repetição, onde aparecem rostos de morte compulsivamente é ‘A face da guerra’.”

SILVA, Ana Filipa Fidalgo Vaz Coelho da. As problemáticas da identidade de Salvador Dalí. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. 2015, p. 78.

8ª QUESTÃO. As serpentes longas e agitadas em torno de uma cabeça flutuante em um deserto árido compõem *A face da guerra*, de Salvador Dalí, como se pode ver no Texto II. Os horrores da Guerra Civil Espanhola são de alguma forma retratados nesta obra, especialmente pelo trauma que teria servido de inspiração para o pintor, que retratou a guerra não só nesta, mas em muitas telas que compõem o conjunto de sua obra. Confrontando o Texto II com o Texto III, é CORRETO o que se afirma em:

- A) O fundo árido e desértico destoa da ideia de instinto de autoconservação, já que a guerra deixa um rastro de destruição por onde passa.
- B) As serpentes, como símbolos da traição, dão indício de que a obra é resultado de uma disputa política.
- C) Desastres provocados por guerras são comuns em obras de arte, que procuram retratar ludicamente as consequências dos conflitos sempre de uma maneira distorcida.
- D) A repetição infinita de cabeças nas cavidades da cabeça maior onde deveriam estar olhos e dentes são, de alguma forma, um indício da compulsão de repetição.
- E) O título da obra no singular é um erro, porque a tela retrata muitas faces e leva a considerar a existência de muitas guerras.

9ª QUESTÃO. As noções de agente e causa, na perspectiva dos papéis temáticos, estão relacionadas ao apontamento, em uma determinada sentença, de um elemento que, no contexto apresentado, assume a propriedade de desencadeador de alguma ação, capaz de agir com controle, no caso do agente, e sem controle, se assumir o papel temático de causa. Considerando o Texto III, o termo que NÃO se categoriza como agente NEM como causa é:

- A) Dalí.
- B) estabilidade do eu.
- C) repetição compulsiva.
- D) instinto de autoconservação.
- E) tela.

10ª QUESTÃO. A metáfora, classicamente entendida como um instrumento retórico voltado para adicionar à linguagem ordinária uma reinterpretação a partir de expressões literais, em uma concepção mais moderna, passa a ser considerada também como uma maneira de experienciar o mundo, evidenciando o papel da imaginação na formulação de conceitos sobre o mundo, de modo a abolir a diferença entre linguagem literal e figurativa. Nessa perspectiva, o Texto II

- A) romantiza a guerra, porque a dura realidade da morte não se vê retratada no quadro.
- B) considera a guerra uma realidade incomparável e inconciliável com a imaginação.
- C) apresenta uma concepção singular da guerra, a partir da experiência traumatizada do pintor.
- D) alude a uma premonição irreal de uma Segunda Guerra que estava apenas em seu início.
- E) compara a tristeza provocada pela guerra com a fome simbolizada pelas serpentes vorazes.

RACIOCÍNIO LÓGICO – 05 QUESTÕES

11ª QUESTÃO. Seja A o conjunto dos números inteiros n tais que

- I. $n > 650000$.
- II. todos os algarismos de n são diferentes.
- III. nenhum algarismo de n é igual a 7 ou 8.

O número de elementos do conjunto A é igual a

- A) 70850
- B) 71600
- C) 72960
- D) 73800
- E) 74520

12ª QUESTÃO. Adriana, Breno, Carolina e Danilo são funcionários de uma empresa, sendo que dois deles são médicos e os outros dois são advogados. Cada uma das idades dos advogados é maior do que cada uma das idades dos médicos. Considere as quatro afirmações:

- I. Breno e Carolina são ambos médicos ou um deles é advogado e o outro é médico.
- II. Danilo é mais velho do que Breno.
- III. Adriana é mais nova do que Danilo.
- IV. Adriana é mais velha do que Carolina.

Sabendo que duas das afirmações acima são verdadeiras e as outras duas são falsas, conclui-se, com certeza, que

- A) Breno e Carolina são um deles médico e o outro advogado.
- B) Breno e Carolina são ambos médicos.
- C) Breno e Carolina são ambos advogados.
- D) Danilo é mais velho do que Carolina.
- E) Danilo é mais novo do que Breno.

13ª QUESTÃO. Sejam $b, c, x_1, x_2, B, C, X_1, X_2$ números reais tais que $x_2 > x_1 > 0$ e $X_1/x_1 = X_2/x_2 > 1$. Se x_1 e x_2 são raízes da equação quadrática $x^2 + bx + c = 0$ e X_1 e X_2 são raízes da equação quadrática $x^2 + Bx + C = 0$, então

- A) $B/c = C/b$
- B) $B/b = C/c$
- C) $(C/b)^2 = (B/c)$
- D) $(C/c)^2 = (B/b)$
- E) $(B/b)^2 = (C/c)$

14ª QUESTÃO. Seja $f(x)$ uma função afim decrescente e com valor absoluto de sua taxa de variação igual a $5/6$. Sabendo que $f(2) = 5$, a abscissa do ponto em que o gráfico de $f(x)$ intersecta o eixo x é igual a

- A) 6
- B) 7
- C) 8
- D) 9
- E) 10

15ª QUESTÃO. Em um grupo de 100 pessoas, todas as pessoas gostam de pelo menos um destes três esportes: futebol, voleibol e basquetebol. Nesse grupo de pessoas, 88 pessoas gostam de futebol, 65 pessoas gostam de voleibol e 57 pessoas gostam de basquetebol. O menor valor possível para o número de pessoas do grupo que gostam dos três esportes é igual a

- A) 5
- B) 10
- C) 15
- D) 20
- E) 25

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16ª QUESTÃO. Segundo a Resolução nº 5, de 31 de março de 2021, do Conselho Universitário da Ufes (CUn/Ufes), que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade para o período 2021-2030, é INCORRETO afirmar:

- A) O PDI foi elaborado em observância à Lei nº 10.861 (Sinaes), de 14 de abril de 2004, art. 3º, inciso I, e ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, art. 21.
- B) O PDI da Ufes para o período 2021-2030 é o eixo balizador que objetiva impulsionar a Instituição no cumprimento de suas metas exclusivamente no ensino, na pesquisa e na extensão.
- C) A Ufes toma como referência, para sua organização didático-pedagógica, a sua missão de garantir a formação humana, acadêmica e profissional com excelência, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com a produção de avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais, sociais e de inovação, e a promoção dos direitos e da inclusão social.
- D) A Política de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), documento básico para a orientação das ações institucionais na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tem como objetivo garantir o atendimento das necessidades administrativas, acadêmicas e científicas da Ufes em relação a recursos computacionais, armazenamento e processamento de informação, comunicação e acesso à informação.
- E) O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Ufes é elemento estruturante do PDI 2021-2030 por definir as políticas de ensino, pesquisa e extensão, devendo ser analisado e apreciado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

17ª QUESTÃO. Conforme o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, acerca da pensão por morte, a que fazem jus os dependentes do servidor falecido, segurado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), nas hipóteses legais, é CORRETO o que se afirma em:

- A) A pensão será devida a partir da data do óbito do segurado, para os filhos menores de 18 anos, se requerida até 180 dias após o falecimento.
- B) A pensão será devida a partir da data do óbito do segurado, para o cônjuge, se requerida até 120 dias após o falecimento.
- C) O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente, é considerado beneficiário.
- D) A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 10 (dez) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.
- E) O exercício de atividade remunerada impede a concessão ou manutenção da cota da pensão de dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.

18ª QUESTÃO. Considere o seguinte caso hipotético: José, servidor da Ufes, ocupante do cargo de administrador desde 12 de abril de 2021, de férias com a família em Portugal em maio de 2023, recebeu e-mail da chefia imediata, informando que a Universidade já teria cumprido os demais requisitos estabelecidos na norma instituidora do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) e, portanto, teria pretensão de implementá-lo na modalidade de teletrabalho a partir de agosto de 2023. Nesse mesmo e-mail, a chefia também informou sobre o procedimento para adesão como participante, no caso de interesse, comunicando os prazos e documentos necessários à instrução do requerimento. José, com a perspectiva de construir nova vida em um outro país, ao retornar das férias, procedeu à instrução do processo, solicitando autorização para participar na modalidade de teletrabalho em regime de execução integral no exterior.

Diante dessa situação hipotética e nos termos do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, é CORRETO afirmar que a solicitação

- A) não deverá ser atendida, pois a norma não prevê a possibilidade de realização de teletrabalho em regime de execução integral.
- B) deverá ser atendida, mantendo-se, inclusive, o pagamento de adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade ou irradiação ionizante, caso o interessado já os perceba.
- C) poderá ser atendida, no interesse da Administração, por prazo indeterminado.
- D) deverá ser negada, uma vez que José, no mês de efetiva implementação do PGD, mesmo que observados os demais requisitos estabelecidos na norma, ainda não terá concluído o estágio probatório.
- E) poderá ser atendida, no interesse da Administração, cabendo à chefia imediata observar as diferenças de fuso horário do país em que o servidor pretende residir, para fins de fixação da jornada de trabalho do órgão ou da entidade de exercício.

19ª QUESTÃO. Acerca da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, considere as afirmativas a seguir:

- I. Considera-se órgão a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- II. Os preceitos da Lei nº 9.784/1999 também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, independente da função que desempenham na ocasião.
- III. O administrado deve se fazer assistir, obrigatoriamente, por advogado, em todo processo administrativo em que for parte.
- IV. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

20ª QUESTÃO. Acerca da aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, é INCORRETO afirmar:

- A) A Lei nº 13.709/2018 se aplica ao tratamento de dados pessoais, ainda que realizado para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos.
- B) A Lei nº 13.709/2018 se aplica a qualquer operação de tratamento de dados pessoais realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- C) O consentimento exigido na Lei nº 13.709/2018 para a realização de tratamento de dados pessoais deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular.
- D) O tratamento de dados pessoais sensíveis, ressalvadas outras hipóteses previstas na Lei nº 13.709/2018, poderá ocorrer quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas.
- E) Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

21ª QUESTÃO. Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) abordam a presença indígena no ensino superior brasileiro. Considerando as discussões apresentadas pelas autoras no artigo “Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência”, analise as afirmativas a seguir:

- I. O ingresso efetivo de estudantes indígenas no ensino superior ocorre somente a partir da promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas.
- II. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) não faz nenhuma referência direta à assistência de estudantes indígenas, mas tem sido importante estratégia para manter esses estudantes nas instituições.
- III. Atualmente, o ingresso de indígenas no ensino superior público tem maior impacto por meio de ações em dois segmentos: a oferta de vagas especiais ou suplementares em cursos regulares e a constituição de cursos específicos, como o Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), criado pelo Ministério da Educação (MEC).
- IV. Com o Programa de Bolsas Permanência, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), em 2013, os estudantes indígenas passaram a ter direito a uma bolsa diferenciada, sendo o dobro do valor da bolsa dos demais estudantes.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I, III e IV, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

22ª QUESTÃO. A Resolução nº 49, de 15 de setembro de 2016, do Conselho Universitário da Ufes, regulamenta o Processo Permanente de Avaliação Institucional e reestrutura a Comissão Própria de Avaliação (CPA), entre outras disposições. Considerando essa normativa interna da Ufes, analise as afirmativas a seguir:

- I. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- II. A avaliação interna é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, tendo como objetivo indicar à comunidade as potencialidades e fragilidades da Instituição, no intuito de promover a qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, observados os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e as especificidades da Universidade.
- III. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) terá atuação autônoma no âmbito da sua competência legal, prestando informações de suas atividades aos Órgãos Colegiados Superiores da Ufes e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e divulgando-as à comunidade universitária, de acordo com a Portaria Ministerial MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004, contando com apoio técnico e financeiro da Instituição.
- IV. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) está representada por todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo composta por: dois representantes docentes; dois representantes técnico-administrativos; dois representantes discentes, sendo um da graduação e um da pós-graduação; um representante egresso de cursos da Ufes; e dois representantes da sociedade civil organizada com amplitude regional.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

23ª QUESTÃO. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, estabeleceu normas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Sobre a reserva de vagas, de acordo com artigo 1º da Lei de Cotas, é CORRETO o que se afirma em:

- A) As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e que, no preenchimento dessas vagas, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*.
- B) As instituições estaduais de educação superior vinculadas às secretarias estaduais de educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas do sistemas S (Sesi, Senai, Sesc e Senac) e que, no preenchimento dessas vagas, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda superior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*.
- C) As instituições federais de educação superior vinculadas ao Conselho Nacional da Educação (CNE) reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de pós-graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino superior em universidades públicas e que, no preenchimento dessas vagas, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas a estudantes oriundos de regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de baixos salários *per capita*.
- D) As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação destinarão de maneira exclusiva, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado pelo menos uma série do ensino médio em escolas públicas e que, no preenchimento dessas vagas, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda inferior a 1,0 salário-mínimo (um salário-mínimo) por família.
- E) As universidades supervisionadas pelo Ministério da Educação destinarão de maneira exclusiva, em cada ano, para ingresso nos cursos de graduação, no máximo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e que, no preenchimento dessas vagas, 80% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda superior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) por família.

24ª QUESTÃO. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, estabeleceu normas para o ingresso nas universidades federais e em instituições federais de ensino técnico de nível médio. Sobre a reserva de vagas, de acordo com artigos 3º e 4º da Lei de Cotas, considere as afirmativas a seguir:

- I. Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata a Lei de Cotas serão preenchidas, por curso e turno, por pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas e por pessoas com deficiência em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção desses grupos na população da unidade da Federação onde está localizada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- II. No caso de não preenchimento da reserva de vagas nas instituições federais de ensino técnico e tecnológico e/ou de ensino superior segundo os critérios estabelecidos no corpo da Lei de Cotas, aquelas vagas não preenchidas deverão ser completadas por sorteio dos candidatos egressos do ensino fundamental ou médio que, no ato da inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), residam mais distantes dos locais onde se situam as instituições de ensino.
- III. As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.
- IV. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos pela Lei de Cotas, para instituições federais de ensino superior e para instituições federais de ensino técnico e tecnológico, respectivamente, aquelas vagas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente para o ensino superior o ensino médio e para o ensino técnico e tecnológico o ensino fundamental, todos em escolas públicas.
- V. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos pela Lei de Cotas, para instituições federais de ensino superior e para instituições federais de ensino técnico e tecnológico, respectivamente, aquelas vagas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado parcialmente para o ensino superior o ensino médio e para o ensino técnico e tecnológico o ensino fundamental, todos em escolas privadas.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) I, III e V, apenas.
- C) II e V, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

25ª QUESTÃO. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, estabeleceu normas para o ingresso nas universidades federais e em instituições federais de ensino técnico de nível médio. Sobre a reserva de vagas, é CORRETO o que se afirma em:

- A) As instituições federais de ensino superior podem, no âmbito de suas autonomias pedagógicas e administrativas, optar em adotar ou não a reserva de vagas para pessoas egressas da escola pública, de baixa renda, e população autodeclarada de pretos, pardos e pessoas com deficiência, nos seus concursos de ingresso aos cursos de graduação nos primeiros 06 (seis) anos de promulgação da Lei de Cotas.
- B) As instituições federais de ensino técnico e tecnológico podem, no âmbito de suas autonomias pedagógicas e administrativas, optar em adotar ou não a reserva de vagas para pessoas egressas da escola pública, de baixa renda, e população autodeclarada de pretos, pardos e pessoas com deficiência, nos seus concursos de ingresso aos cursos técnicos e tecnológicos nos primeiro 06 (seis) anos de promulgação da Lei de Cotas.
- C) As instituições federais deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas previstas na Lei de Cotas, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nessa lei.
- D) As instituições federais de ensino superior e as instituições federais de ensino técnico e tecnológico deverão implementar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da reserva de vagas prevista na Lei de Cotas, a cada ano, e terão o prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nessa lei.
- E) As instituições estaduais de ensino superior devem adotar imediatamente a reserva de vagas nos seus concursos de ingresso aos cursos de graduação nos primeiros 06 (seis) anos de promulgação da Lei de Cotas para segmentos da população caracterizados pela própria instituição como pessoas de baixa renda, pretas, pardas e pessoas com deficiência.

26ª QUESTÃO. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, tem como objetivo democratizar o acesso e permanência dos segmentos sociais e raciais historicamente discriminados e desfavorecidos no Brasil. Sobre a inclusão desses segmentos sociais e raciais, conforme a Lei de Cotas, é CORRETO afirmar que

- A) a Lei de Cotas deve ser respeitada nos vestibulares das instituições de ensino superior privadas em todo território nacional, que devem não apenas facilitar o acesso aos candidatos pertencentes aos segmentos sociais e raciais historicamente discriminados e desfavorecidos no Brasil, mas também garantir-lhes isenção de taxas.
- B) as instituições públicas de ensino superior devem respeitar a Lei de Cotas, incluindo 100% dos candidatos pretos, pardos e indígenas no seu corpo discente.
- C) para a Lei de Cotas, os institutos federais de educação ciência e tecnologia devem garantir 50% a mais da contagem da pontuação, a serem somados às notas de cada candidato pertencente aos segmentos sociais e raciais historicamente discriminados e desfavorecidos no Brasil.
- D) a Lei de Cotas deve ser respeitada nas instituições de ensino superior e de ensino técnico de nível médio pertencentes ao sistema federal de ensino de responsabilidade da União.
- E) segundo a Lei de Cotas, os centros universitários devem garantir 80% a mais da contagem da pontuação a serem somados às notas de cada candidato pertencente aos segmentos sociais e raciais historicamente discriminados e desfavorecidos no Brasil.

27ª QUESTÃO. A partir dos artigos 1º e 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também denominada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, considere as afirmativas a seguir:

- I. A Lei nº 13.146 é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
- II. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Considera-se o indivíduo com deficiência aquele que tem impedimento temporário de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual pode obstruir sua participação relativa nas atividades produtivas em igualdade de condições com as demais pessoas empregadas.
- IV. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação.
- V. A avaliação da deficiência será psicossocial, realizada por equipe de psicólogos e assistentes sociais que considerarão, para tanto, os efeitos limitadores das estruturas incompletas da inteligência no desempenho de atividades e na restrição de participação política, familiar e social.

É INCORRETO o que se afirma em:

- A) I e III, apenas.
- B) III e V, apenas.
- C) III, IV e V, apenas.
- D) IV, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

28ª QUESTÃO. Considerando-se os artigos 4º e 5º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também denominada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é CORRETO o que se afirma em:

- A) Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade total de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de criminalização.
- B) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de ajuda, apoio ou favorecimento, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de influenciar o reconhecimento da criança deficiente.
- C) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- D) A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de indigência, criminalização, empobrecimento, identificação e tratamento que exponha suas características.
- E) Para os fins da proteção mencionada no *caput* do artigo 5º da Lei nº 13.146/2015, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

29ª QUESTÃO. Considerando-se os artigos 27 a 30 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também denominada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é INCORRETO o que se afirma em

- A) A educação constitui direito do indivíduo deficiente, assegurados sistema educacional de acesso meritocrático em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo de remuneração em função dos talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades econômicas.
- B) A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
- C) É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.
- D) Os tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), para atuar na educação básica, devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras e, para atuar em cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.
- E) Os processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem adotar a disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência.

30ª QUESTÃO. A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Conforme o artigo 4º da Lei nº 10.861/2004, é CORRETO afirmar que a avaliação dos cursos de graduação

- A) tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas à merenda escolar, aos métodos de ensino e ao controle da pontualidade e assiduidade dos docentes e pessoal técnico-administrativo.
- B) tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.
- C) fará uso de procedimentos e instrumentos padronizados, entre os quais, obrigatoriamente, a avaliação interna por comissões de voluntários das áreas administrativas das secretarias estaduais de educação.
- D) resultará na atribuição de notas, ordenadas em uma escala com 07 (sete) níveis, a cada uma das dimensões avaliadas.
- E) será feita por pesquisa de opinião dos egressos e conforme nível de acesso dos egressos aos empregos nas profissões definidas nos diplomas e certificados emitidos pelas próprias instituições de ensino superior.

31ª QUESTÃO. A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Sobre a avaliação de desempenho dos estudantes, conforme artigo 5º da Lei nº 10.861/2004, é CORRETO o que se afirma em:

- A) A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- B) O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos extracurriculares previstos nos estágios do curso de graduação, tendo em vista as habilidades sócio-emocionais específicas de sua profissão, ligados à realidade local, regional e nacional.
- C) O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.
- D) A periodicidade máxima de aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) aos estudantes de cada curso de graduação será quadrienal, e sua aplicação será acompanhada de instrumento destinado a levantar a opinião dos estudantes sobre as instituições de ensino.
- E) O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é componente curricular opcional dos cursos de graduação, sendo que sua inscrição no histórico escolar do estudante ocorrerá somente se o estudante assim o desejar.

32ª QUESTÃO. A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Sobre os resultados e desdobramentos da avaliação dos cursos de graduação, conforme artigos 9º e 10º da Lei nº 10.861/2004, é INCORRETO o que se afirma em:

- A) O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.
- B) Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação.
- C) O protocolo de compromisso para resultados insatisfatórios deverá conter entre outros: a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes e a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.
- D) O protocolo de compromisso para resultados insatisfatórios deverá conter entre outros: o diagnóstico objetivo das metodologias de ensino e encaminhamentos, processos e ações a serem planejados pelo Ministério da Educação para a instituição de educação superior com vistas à melhor seleção dos alunos.
- E) O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades: a suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação e a cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos.

33ª QUESTÃO. O Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Sobre a oferta de pós-graduação, de acordo com os artigos 29 e 30 do Decreto nº 9.235/2017, analise as afirmativas a seguir:

- I. As Instituições de Ensino Superior (IES) credenciadas para oferta de cursos de graduação e/ou as IES que ofertam exclusivamente cursos ou programas de pós-graduação *stricto sensu*, todas sendo reconhecidas pelo Ministério da Educação, podem oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade em que são credenciadas.
- II. A oferta de pós-graduação *lato sensu* está condicionada ao funcionamento regular de, pelo menos, um curso de graduação ou de pós-graduação *stricto sensu*, mas os cursos *lato sensu*, independem de autorização do Ministério da Educação para funcionamento, desde que a instituição informe a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação sobre sua criação por atos próprios, no prazo de sessenta dias, contados da data do ato de criação do curso.
- III. A oferta de pós-graduação *lato sensu* está condicionada ao funcionamento regular de, pelo menos, dois cursos de graduação ou de pós-graduação *stricto sensu*, mas os cursos *lato sensu*, dependem de autorização do Conselho Nacional de Educação para funcionamento, e a instituição deve informar a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação sobre os cursos implementados, no prazo de cento e vinte dias, contados da data de formação dos primeiros alunos.
- IV. As escolas de governo dos sistemas federal, estadual e distrital poderão solicitar credenciamento ao Ministério da Educação para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância.

É CORRETO o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

34ª QUESTÃO. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define o que deve e pode ser realizado pela Educação no Ensino Superior. De acordo com o previsto nos artigos 43 a 57 da LDB, NÃO é/são prerrogativa(s) das universidades

- A) criar, organizar e extinguir cursos, em sua sede, obedecendo às normas gerais da União.
- B) fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes pertinentes.
- C) fixar o número de vagas, atendendo às exigências de seu meio, mesmo que esse número exceda a capacidade institucional.
- D) aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, além de administrar rendimentos não previstos pelos dispositivos institucionais.
- E) criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, com respeito às normas gerais da União e do sistema federal de ensino.

35ª QUESTÃO. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define procedimentos e institucionalidade para registro de diplomas de cursos superiores. Sobre a validade e o local de registro das etapas desse processo, conforme artigos de 43 a 57 da LDB, é INCORRETO afirmar que os diplomas

- A) de graduação expedidos por faculdades estrangeiras serão revalidados por universidades que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se o acordo do tratado de Versalhes ou equiparação.
- B) de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.
- C) expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).
- D) de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.
- E) de mestrado e de doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

36ª QUESTÃO. A Constituição Federal (CF) de 1988 define direitos sociais a que todos devem ter acesso universalmente. Sobre as denominações e a composição desse conjunto de direitos sociais presentes na CF, é CORRETO afirmar que são direitos sociais

- A) a escola, o hospital, o restaurante, o emprego, a casa, o ônibus, o esporte, a polícia, a aposentadoria, a proteção à paternidade e à adolescência, a assistência aos famintos, na forma da Constituição.
- B) a escola, o hospital, o alimento, o emprego, o trem, o descanso, a delegacia, a aposentadoria, a proteção à paternidade e à adolescência, a assistência aos pobres, na forma da Constituição.
- C) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.
- D) a educação superior, o tratamento de saúde, a alimentação saudável, o trabalho próximo da moradia, o transporte e o lazer com segurança, a previdência social, a proteção e a assistência aos idosos mais desamparados, na forma da Constituição.
- E) a educação básica, a saúde, a alimentação, o emprego, a moradia com transporte, o lazer com segurança, a previdência social, a proteção à paternidade e à velhice, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.

37ª QUESTÃO. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define algumas atribuições das unidades de ensino e o que elas devem propiciar aos educandos no espaço escolar. De acordo com o artigo 12 da LDB, é CORRETO afirmar que são atribuições dos estabelecimentos de ensino:

- A) promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas e promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas.
- B) promover medidas de alienação, de controle moral e de combate a todos os tipos de repressão, especialmente a sedução sistemática (*bullying*), estabelecer ações destinadas a promover a cultura de defesa pessoal nas escolas e promover ambiente escolar disciplinado, adotando estratégias de descriminalização ou dependência de drogas.
- C) promover medidas de reparação, de controle moral e de combate a todos os tipos de comportamentos libertinos, especialmente a sedução sistemática, estabelecer ações destinadas a promover a cultura de defesa pessoal e promover ambiente escolar homogêneo, adotando estratégias de combate ao fumo e às bebidas.
- D) promover medidas de controle moral, estabelecendo ações destinadas a promover a cultura de tolerância à violência e promover ambiente escolar heterogêneo no que diz respeito às identidades de gênero.
- E) promover medidas de automedicação e combate de todo tipo de manifestação da orientação sexual, estabelecer ações de estudos sobre a cultura de autodefesa nas escolas e promover ambiente escolar limpo, adotando estratégias de padronização estética distintas de meninos e de meninas.

38ª QUESTÃO. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define os tipos de cursos e programas que fazem parte da educação superior. Sobre as possibilidades de atuação do ensino superior no Brasil, conforme artigos de 43 a 57 da LDB, é INCORRETO afirmar que a educação superior abrange cursos

- A) sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente.
- B) de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados.
- C) de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.
- D) de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.
- E) de extensão e sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam pelo menos ao ensino fundamental.

39ª QUESTÃO. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define a formação e os requisitos para atuação no ensino superior. Sobre a preparação para o exercício do magistério superior, conforme artigos de 43 a 57 da LDB, é CORRETO afirmar que ela far-se-á em nível de

- A) pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado, sendo o notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, que poderá suprir a exigência de título acadêmico.
- B) graduação tecnológica, prioritariamente em programas de treinamento de didática e prática de metodologias ativas e inovadoras, sendo o notório saber, reconhecido por universidade de fora do país com reconhecimento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que poderá suprir a exigência de diploma acadêmico.
- C) graduação, prioritariamente em programas de ciências humanas, sendo o notório saber, reconhecido por entidade de pesquisa da sociedade civil, que poderá suprir a exigência de título acadêmico.
- D) pós-médio, exclusivamente em programas de certificação profissional, sendo o notável conhecimento, reconhecido por entidade especializada em área afim, que poderá suprir a exigência de título acadêmico.
- E) graduação, prioritariamente em programas de autoconhecimento, sendo o notório saber, reconhecido por sindicato de classe com curso de organização e gestão universitária, que poderá suprir a exigência de mérito acadêmico.

40ª QUESTÃO. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define o atendimento do público-alvo da educação especial com vistas à sua inclusão no processo educativo. Sobre esse tipo de educação, conforme artigos de 58 a 60 da LDB, é INCORRETO afirmar que

- A) a educação especial é uma modalidade da educação escolar.
- B) os alunos com necessidades especiais terão assegurados currículos, métodos e recursos específicos.
- C) a educação especial, para alunos portadores de necessidades especiais, será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.
- D) a oferta de educação especial se inicia no ensino fundamental.
- E) os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos portadores de necessidades especiais professores com especialização adequada em nível médio ou superior.